



A infância amedrontada: imagens de um auto de fé na poesia de Carlos Drummond de Andrade¹

A Frightened Infancy: Images of an *Auto de fé* in Carlos Drummond de Andrade's poem

Kenia Maria de Almeida Pereira*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o poema "Sentimento de pecado", pertencente a *Boitempo* (1988), de Carlos Drummond de Andrade. Nesse poema, as memórias do poeta maduro se mesclam à imaginação do menino Carlito, educado tanto na rigidez da família patriarcal como nas severas regras da religiosidade católica. O resultado são versos intrigantes, nos quais as reminiscências do pequeno poeta, amedrontado pelos castigos do inferno, alternam-se com descrições de alguns rituais da Inquisição, como os interrogatórios, as confissões dos pecados e os sinistros autos de fé em praça pública.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade. Inquisição. Infância.

Abstract: This article aims to analyse the poem "Sentimento de pecado", from *Boitempo* (1988), by Carlos Drummond de Andrade. In this poem, the memories of the mature poet mingle with the boy Carlito's imagination, who was educated not only under the rigidity of a patriarchal family, but also under the severe rules of catholic religiosity. The result is intriguing verses, in which the reminiscences of the young poet, frightened by the punishments of hell, alternate with descriptions of some rituals of the Inquisition, such as interrogatories, confession of sins and the sinister *autos de fé* made in public.

Keywords: Carlos Drummond de Andrade. Inquisition. Childhood.

"Beijo a mão do padre
A mão de Deus
A mão do céu
Beijo a mão do medo
De ir para o Inferno"
(Carlos Drummond de Andrade)

Boitempo,² publicado em 1988, é uma dos mais poéticos e intrigantes livros de Carlos Drummond de Andrade. Nele, o poeta retoma o passado e reelabora, de



forma fragmentada e caótica, sua infância e adolescência vividas em Minas Gerais no início do século 20.

O leitor irá se deparar com poemas que mencionam desde os fazendeiros de cana “com suas engenhocas de rapadura e cachaça”, passando pelas criadas negras, escravizadas na lavoura e na cozinha, até os primeiros professores com suas cartilhas e “manuais de dar cascudos”.

Drummond tampouco se esqueceu dos loucos, das prostitutas, dos velhos decadentes, muito menos dos suicidas e das belas e sensuais normalistas com suas “boinas azuis e verdes”. Ler *Boitempo* é como palmilhar vagamente, ao lado do poeta, aquela “estrada de Minas, pedregosa”, de seu conhecido poema “A máquina do mundo”.

Assim, se há um olhar poético-sociológico sobre a antiga Itabira, há também muitos poemas cujo enfoque são os tormentos do eu lírico. São várias as estrofes permeadas pela temática da culpa, do medo e do pecado, espaço no qual a voz do menino se mescla às memórias do homem maduro, dando vazão àquilo que Alcides Villaça intitula de “poesia da velhice”, em que ganham espaço as ressonâncias de uma autobiografia (2006, p. 114).

Lembremos que Drummond, além de ter sido educado por uma família católica, estudou também em escolas de orientação religiosa, como o Colégio Arnaldo, da Congregação do Verbo Divino, e o Colégio Anchieta, da Companhia de Jesus.

Assim, diante dessa variedade temática embutida nos versos de *Boitempo*, tem razão Antonio Candido ao observar que o movimento criador da poesia drummondiana está ancorado na “inquietação que a faz oscilar entre o eu, o mundo e a arte, sempre descontente e contrafeita” (1995, p. 113).

José Guilherme Merquior por sua vez, chama a atenção também para o fato de que os múltiplos temas que compõem a obra *Boitempo* fazem dela uma espécie de “sociologia da *parochial life* de Minas na *Belle Époque*” (2012, p. 293).

No entanto, nesse universo tão plural que estrutura a poesia de Drummond, mesclada de nostalgia, lirismo, ironia e humor, dedicada a sua infância e a sua adolescência, destacam-se também, como aponta mais uma vez Merquior, os “símbolos concretos do regime patriarcal” a assombrarem a memória do pequeno poeta (2012, p. 293).

Drummond registra em vários poemas a portentosa figura de seu pai, que, além de exigir obediência incondicional, exercia respeito e medo no menino Drummond, como se pode ler, por exemplo, nestes versos da poesia “Gesto e palavra”:



Não vai? Pois não vai à missa?
Ele precisa é de couro.
Ó Coronel, vem bater,
Vem ensinar a viver
A exata forma da vida (ANDRADE, 1988, p. 565).

Além desses sentimentos de inquietude, remorso e temor edipianos projetados na figura paterna, temos ainda em *Boitempo* os versos que vêm mergulhados tanto na culpa cristã como no medo do castigo eterno.

Assim, dentro desse viés dos temores religiosos, podemos destacar poesias importantes, como “A incômoda companhia do Judeu Errante”, “Terrores”, “O padre passa na rua”, “Aspiração”, “Confissão”, “A impossível comunhão”, “O diabo na escada” e “Sentimento de pecado”. Este último é o que pretendemos analisar neste artigo. Drummond evoca, pelas estrofes, um pequeno Carlito, atormentado pelos desejos da carne e amedrontado pelo fogo do inferno.

Sabe-se que ser criança no início do século 20, num mundo patriarcal de hábitos violentos, não era uma condição muito tranquilizadora. Philippe Ariès, em seu importante livro *História social da infância e da família*, comenta que os pequenos eram submetidos a constantes ameaças em casa, além de serem educados também dentro de uma forte disciplina, ora escolástica, ora religiosa. Tanto os educadores como os religiosos procuravam exercer um “sistema de vigilância permanente das crianças, de dia e de noite, ao menos em teoria” (ARIÈS, 1986, p. 191). Os infantes eram atormentados nos dias da semana pela implacável palmatória dos mestres e, aos domingos, pelos intermináveis sermões.

Tanto a escola como a igreja exerciam sobre a infância a pedagogia do medo, do castigo e da recompensa. Se no templo católico a leitura do *Catecismo* (1997, p. 292) exortava os garotos a não cometer o pecado mortal, uma vez que essa desobediência grave lançava as almas “após a morte aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, o fogo eterno”, nos colégios tradicionais e religiosos, os professores, embebidos das reminiscências do *Ratiun studiorum* ou o *Manual dos Jesuítas*, (1952, p. 123), sabiam como aplicar os castigos físicos “sobretudo por faltas cometidas por fora da aula”. Em casa, como era sabido, as surras, chineladas e beliscões eram muito comuns. Viviane Guerra afirma mesmo que, durante muitos séculos, os “castigos corporais se configuravam como importantes, enquanto impostos às crianças. Para salvar sua alma era preciso flagelar o corpo” (GUERRA, 1988, p. 136).

José Maria Cançado observa que ser criança em Itabira nas primeiras décadas do século 20 não era diferente do resto do mundo ocidental: era algo estranhamente desestabilizador. Para o menino Carlito, amparado apenas pelo seu anjo torto, o mundo infantil tinha uma face “particularmente assustadora”:



uma visão de mundo que não “se assemelhava nem à natureza nem à cultura, mas a uma terceira coisa entre os dois, uma espécie de grande alucinação...” (CANÇADO, 2006, p. 33).

Dessa forma, entre uma alucinação e outra, entre um delírio e alguns lapsos de memória, fagulhas de recordação de menino, mergulhadas nos pavores infantis, nos castigos corporais e na fumaça dos incensos religiosos que Drummond tenta colar, em forma de mosaicos, os cacos da sua primeira infância. Para Afonso Romano de Sant’Anna, essa busca do poeta *gauche* pelo seu passado é uma tentativa de entender a si próprio, já que Drummond não “indaga diretamente pelos seus antepassados, mas procura no tempo uma imagem perdida de si mesmo” (SANT’ANNA, 2008, p. 105).

Na primeira parte do poema “Sentimento de pecado” (p. 585-586), por exemplo, o menino-poeta afirma “pecar todos os dias”, e, mesmo rezando “os três padres-nossos e as três ave-marias” para se tornar novamente “puríssimo”, não se cansa de temer o inferno, com suas “brasas nítidas”, já que a tentação em cometer novos erros nunca abandona o coração do eu lírico. Assim, o menino vive durante o ano inteiro nesse jogo sinistro entre “deus e o diabo”, o sentimento do pecado e o do arrependimento, os quais atormentam constantemente sua alma.

Para Paulo Rónai, *Boitempo* oscila entre a “contemplação melancólica” e o “desabafo palpitante de mágoas”. Ou seja, cavando “fundo no chão da meninice, o poeta mais uma vez atinge as raízes de humilhações e derrotas que marcam a alma para o resto da vida”. (RÓNAI, 1990, p. 75).

Mas o que mais intriga “neste desabafo de pecados e mágoas” presente no poema “Sentimento de pecado” é a referência que Drummond faz à Inquisição, na segunda parte do texto. Em seus versos, o poeta evoca, ora de forma irônica, ora de forma assustadora, figuras e imagens dos rituais do Santo Ofício. O eu lírico diz: “A Inquisição: me lembro de gravuras / Com fogaréus sinistros alumando”.

Esses desenhos dos autos de fé, mencionados por Drummond, provavelmente são lembranças recuperadas do seu período escolar. Imagens de hereges, enfrentando, em praça pública, sinistros interrogatórios, penitências e labaredas, sob as ordens de “rudes e ininteligíveis inquisidores”. Essas gravuras podem até hoje ser vistas nos livros de história. Imagens dos espantosos rituais do Santo Ofício já fazem parte do imaginário popular, graças às pinturas do renomado Francisco Goya e às estampas medievais de artistas anônimos, representando tanto as bruxas como a mártir Joana D’Arc ardendo nas crepitantes fogueiras.



Esse quadro de horrores, assustador para uma criança e recuperado pelo poeta em sua maturidade, remonta, por meio de metáforas e alegorias, às perseguições aos hereges e cristãos-novos ocorridas em Minas Gerais, no início do século 18, durante as visitas do Santo Ofício às terras do ouro e das pedras preciosas. Mas, antes de adentrarmos em tais questões, vamos à leitura na íntegra da segunda parte do poema, que é a que nos interessa nesse universo poético drummoniano:

Sentimento de pecado

II

Chegam os missionários estrangeiros
Corados
Rudes
Ininteligíveis.
Festa na cidade, medo de mim
Entenderão os meus pecados?
Trazem um universo mais terrível
Da Itália, da Espanha, da Alemanha?

A Inquisição: me lembro de gravuras
Com fogaréus sinistros alumiando
Uma praça de olhares -
Baixou talvez em Minas, sou a vítima.
Os pecadores não fazem fila.
O mar de pecados
Envolve três confessorários
Em suor arrependido.

Homens e mulheres exalam
Vapor de crimes contra o Céu.
Valho tão pouco eu!
Outra forma de medo me visita:
Meu Deus, terei pecado
À altura dos Inquisidores,
Ou vão me declarar incompetente? (ANDRADE, 1988, p.
585-586).

As três estrofes, que compõem essa parte do poema, apresentam versos com medidas irregulares, que vão do octossílabo ao eneassílabo, passando pela redondilha maior e menor, até versos dissílabos. Tal irregularidade do texto parece sugerir a fala entrecortada e reticente do réu, o qual aguarda para ser



julgado em breve. Uma prosa balbuciante, medrosa, de quem teme não ter pecados suficientes para relatar aos duríssimos inquisidores.

Tal qual o personagem bíblico Jó, o poeta se esmorece diante do poder de Deus, restando-lhe apenas pronunciar frases delirantes, em forma de arrependimento e súplica, como estas: “Sou a vítima”, “Valho tão pouco eu”, “Meu Deus, terei pecado / à altura dos inquisidores”.

Já na primeira estrofe, temos a referência às festas religiosas católicas e à chegada dos padres missionários europeus, que vinham geralmente da “Itália, Espanha, Alemanha”, trazendo com eles as simbologias e os rituais do passado inquisitorial.

Em Minas Gerais, no século 18, os visitantes do Santo Ofício acusaram, prenderam, torturaram e mandaram para a fogueira centenas de supostos hereges acusados de feitiçaria, concubinato, sodomia e blasfêmia. Entretanto, segundo a historiadora Neusa Fernandes (2000, p. 117), “o alvo principal do Santo ofício eram os marranos judaizantes”, ou seja, os “cristãos-novos, numerosos nas minas e acusados de praticar clandestinamente, o judaísmo”. Segundo Fernandes, no século 18, no período de dez anos, foram presos em Minas Gerais “cerca de 30 cristãos-novos, todos acusados de judaísmo” (FERNANDES, 2000, p. 117). A pesquisadora afiança também que grande parte desses réus eram homens de negócio, com situação financeira abastada. Muitos tinham fazendas, escravos, além de trabalharem nas minas, eles exerciam também “atividades comerciais como tratantes de ouro e de diamantes” Fernandes (2000, p. 158).

Não se pode esquecer que os bens das vítimas, quando julgadas por culpas de cripto-judaísmo, em sua grande maioria, eram confiscados e entregues à Igreja e ao Estado, ou seja, a Inquisição tornou-se uma atividade lucrativa para essas duas instituições. Antônio José Saraiva observa, por exemplo, que os inquisidores, imbuídos do poder eclesiástico e estatal, tinham “uma propensão a condenar o maior número possível de presos a penas que implicassem confiscação de bens” (1994, p. 174).

A Primeira Visitação do Santo Ofício às terras brasileiras aconteceu no Nordeste, em 1591, liderada pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Esse grande inquisidor perseguiu, além dos cristãos-novos judaizantes, outros grupos considerados heréticos, como os sodomitas, os muçulmanos, as feiticeiras, os protestantes. Ronaldo Vainfas observa ainda que essa primeira visitação em *Terra de brasilis* foi caótica e desestruturada, uma vez que

o Conselho Geral do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição portuguesa, processou na colônia réus que



deveriam ser julgados na metrópole; enviou a ferros para Lisboa réus com processos mal instruídos; absolveu indivíduos com grave presunção de culpa; segundo os inquisidores de Lisboa; sentenciou gente que o Conselho considerava inocente; realizou, enfim, verdadeiros autos-de-fé públicos, sem a autorização para tanto, embora não tenha condenado ninguém à fogueira de *motu próprio*. (VAINFAS, 1997, p. 27-28).

Além disso, essa primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, se castigou muitos judeus, também não perdoou nem índios, nem mamelucos, nem castelhanos. Tanto mulheres como homens igualmente foram vítimas das impertinências dos inquisidores.

A Inquisição também não distinguia idade para o pecado: tanto velhos de quase oitenta anos quanto meninas de onze e doze anos, bem como rapazes de quinze e dezessete anos, foram colocados sob suspeita e interrogados. Um caso digno de nota é o da índia Maria Grega, de quinze anos, que confessou, sob forte tormento e pressão das autoridades eclesiásticas, pecados de sodomia, dizendo que o marido com quem se casara “nunca até agora [...] dormiu com ela pelo seu vaso natural...” (VAINFAS, 1997, p. 278-279).

Assim, o Santo Ofício no Brasil interrogava e perscrutava a vida íntima de todos com a finalidade de descobrir hereges e puni-los. De crianças a velhos, de moças recém-casadas a jovens mancebos, ninguém escapava dos olhares vigilantes dos inquisidores, os quais criaram um ambiente de fofocas, medo e desesperança. Vainfas acrescenta ainda que os réus, movidos pelo medo e o pânico de serem punidos, acabavam por confessar pecados muitas vezes inexistentes, inventavam culpas tanto para si mesmos como para outrem, além de narrarem “pecadilhos que nada tinham a ver com a Inquisição” (VAINFAS, 1997, p. 25). Por certo, não é por acaso que o eu lírico do poema exclama, num misto de ironia e de temor, “Valho tão pouco eu! / Outra forma de medo me visita” (p. 585-586).

Drummond, na segunda estrofe, cita os “fogaréus sinistros alumando / Uma praça de olhares”, fazendo referência aos julgamentos que geralmente aconteciam em praça pública. Segundo Antônio José Saraiva o auto de fé era “um grande e pomposo espetáculo com um cerimonial minuciosamente regulamentado, a que assistiam as autoridades supremas, [...] e que movimentava toda a cidade, como as maiores festividades públicas” (1994, p. 103).

Os autos de fé eram revestidos de rituais demarcados teatralmente, precedidos de procissões, confissões de culpas, leituras de sentenças, cantorias, rezas, que



geralmente terminavam com os condenados amarrados em mastros e incendiados com a lenha.

Essas encenações religiosas do Santo Ofício se convertiam em espetáculo que, simbolicamente, representava uma exibição do poderio da Igreja, a qual atraía as massas para a praça pública. Era, portanto, nesse espaço público urbano, opróbrio do réu e delírio do povo, que a multidão se apinhava para ver os condenados arderem em chamas.

No quinto verso da primeira estrofe, o eu lírico confessa: “Festa na cidade, medo de mim”. Realmente eram impactantes os espetáculos proporcionados pela Igreja durante estas sádicas execuções. A esse respeito, Antônio José Saraiva afirma que

O que mais impressiona nos autos de fé é, em primeiro lugar, a enorme publicidade de que se rodeavam. Tinham por palco a praça principal da cidade e por plateia a cidade inteira e arredores. Durante o dia ou dias do auto, as ordens religiosas, as autoridades eclesiásticas, os magistrados civis, a polícia das ruas, tinham por ocupação principal ou única participarem no auto com a sua presença ou seus serviços (SARAIVA, 1994, p.109-110).

Francisco Bethencourt complementa as observações de Saraiva, observando que, para as pessoas que assistiam e se regozijavam com o suplício alheio,

[...] o corpo da vítima é uma superfície onde se manifesta a luta entre Deus e o demônio, mas, além disso, é um microcosmo que reflete o universo efervescente da vida onde se misturam espírito e matéria. [...] daí a prática de queimar o corpo dos hereges, não apenas por homologia entre as chamas terrestres e as chamas do inferno, mas também para apagar sua presença da memória das pessoas e para cortar todos os pontos de referência, tornando mais difícil o regresso de sua alma (o que implica a dispersão das cinzas pelo vento ou pela água) (BETHENCOURT, 2000, p. 258).

Para o Santo Ofício, a punição se resumia sempre ao fogo. A mesma chama que calcinava o corpo da vítima deveria também reduzir à cinzas a memória do réu. O poeta, no poema de Drummond, fala ainda em “Baixou talvez em Minas / sou a vítima. / Os pecadores não fazem fila / O mar de pecados / Envolve três confessionários”. Observe-se que há inúmeros pecadores também entre o povo.



Estes não fazem filas, se aglomeram nos confessionários e nas praças para ver as vítimas agonizantes.

Nas representações dos autos de fé há uma convivência, um pacto entre Igreja, Estado e povo. Sem esse tripé não há julgamentos nem espetáculos. Ou ainda, como aponta Luiz Nazario:

Teatro de punição e extermínio armado em praça pública, onde compareciam Povo, Estado e Igreja para jurar fidelidade à Inquisição, assistir à humilhação dos condenados e celebrar o triunfo da fé nas formas do arrependimento dos réus ou de sua combustão no queimadeiro, o auto de fé geral era a encenação espetacular do Dia do Juízo Final para uma massa festiva. (NAZARIO, 2005, p. 109).

Como dito anteriormente, o Brasil foi palco de pouquíssimos autos de fé. Desde a primeira visitação do santo ofício até a terceira, os supostos hereges eram enviados para ser julgados e queimados em Lisboa.

Dentre esses réus, condenados em Portugal, podemos citar nosso primeiro poeta épico, Bento Teixeira, autor de *Prosopopeia*, e também o teatrólogo luso-brasileiro Antônio José da Silva, o Judeu. Ambos foram julgados como cristãos-novos judaizantes, foram torturados e condenados.

Bento Teixeira em 1601 escapou com vida dos calabouços da Inquisição, mas, meses depois, por maus tratos na prisão, faleceu acometido de tuberculose. Já no século 18, Antônio José, com apenas 34 anos de idade, no auge da carreira teatral, foi garroteado e virou cinzas em um patíbulo no Rossio.

Outro autor que também foi vítima dos suplícios da Inquisição foi Padre Antônio Vieira. Por defender os judeus e criticar duramente os métodos sádicos do Santo Ofício, ficou preso por dois anos e impedido de pregar nas Igrejas. Se não fora pela interseção do Papa, com certeza também teria sido queimado em praça pública.

Todos esses três autores icônicos da literatura luso-brasileira nos ocorrem ao lermos o poema de Drummond, principalmente quando nos deparamos com os dois primeiros versos da última estrofe: “Homens e mulheres exalam / Vapor de crimes contra o Céu”.

A perseguição a polêmicos e renomados escritores, como Bento Teixeira e Antônio José, remete-nos à importante observação de Anita Novinsky. Para ela, os cristãos-novos foram perseguidos não só por sua fé religiosa, mas principalmente por suas ideias contestadoras, já que eles foram “os verdadeiros precursores do pensamento laico e a crítica religiosa que opuseram à religião



oficial, o catolicismo, antecipou dois séculos a crítica religiosa dos ‘ilustrados’ europeus”. (NOVINSKY, 1992, p. 19).

Drummond finaliza seu poema dizendo: “Meu Deus, terei pecado / À altura dos Inquisidores, / Ou vão me declarar incompetente?” Por mais estranho e terrível que hoje isso possa parecer, no século 17, as crianças, como dissemos antes, também sofreram perseguições durante o reinado da Inquisição.

Alex Silva Monteiro observa, por exemplo, que, nessa época, a idade mínima para as abjurações, de acordo com os Regimentos Inquisitoriais Portugueses, era de nove anos e meio para as meninas, dez anos e meio para os garotos. Em alguns manuais de tortura, os inquisidores deixavam transparecer que

[...] aterrorizar, chicotear, ou golpear com pauladas não seria uma prática clara de tortura, mas castigos mais brandos. Por conseguinte, estariam as crianças sim, como qualquer herege, a mercê de castigos físicos assimilados a tortura, se não colaborasse com o Tribunal em seus interrogatórios (MONTEIRO, 2005, p. 59).

Se Drummond tivesse vivido no século 17, talvez pudesse ter sido considerado herege e também penitenciado. Não podemos nos esquecer de que, na adolescência, Drummond, ao questionar suas notas e também algumas opiniões de seus mestres, foi expulso do colégio religioso, sob a alegação de “insubordinação mental” (CANÇADO, 2006, p. 71).

Felizmente, em 1919, ano em que tal fato ocorreu, a Inquisição já estava a algum tempo extinta. Todavia, ela deixou atrás de si os rastros de impiedade e barbárie no imaginário do mundo ocidental judaico-cristão. Quando o poeta desabafa, nos versos finais da segunda estrofe, “O mar de pecados / envolve os três confessionários / em suor arrependido”, faz menção ao culto do sofrimento tão fortemente apregoadado pela Igreja em tempos de crise.

Já não há mais autos de fé, a Igreja não mais acende fogueiras para purificar o corpo e salvar a alma, mas, por muito tempo, a flagelação, a penitência, o cumprimento de promessas com sofrimentos físicos e a mortificação corporal, tudo isso era considerado “requisito absolutamente necessário para vencer as más inclinações inerentes à natureza decaída do homem” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 642).

Assim, em “Sentimento do pecado”, essas más inclinações da natureza decaída do poeta *gauche* se misturam às lembranças do menino canhestro e desajustado para a vida, mortificado pelo medo do inferno, que se autoflagela, confessando seus pecados em versos de rara beleza estética. Pode-se constatar que o temor, a curiosidade e o questionamento do menino antigo diante dos aparatos dos



autos de fé, emanados da “máquina do medo”, na maturidade do poeta, se converterão, como aponta Alfredo Bosi “em matéria privilegiada do humor” (1983, p. 494).

O humor, nascido dos pavores da criança religiosa, tingirão de desencanto, “com os tons cinzentos da acídia, do desprezo e do tédio”, (BOSI, 1983, p. 495), grande parte da poesia deste poeta mineiro. Essa “antilira”, ou “o princípio-corrosão”, na feliz expressão de Costa Lima (1968), irá permear a maioria dos versos do poeta herege de Itabira. Sua poesia, movida pela estética questionadora e niilista, irá desaguar mais tarde na recusa, frustração e desdém frente à “Máquina do mundo”, “a qual o caminhante regressa ao seu mundo, à estrada de Minas pedregosa. A noite já se fechou de todo, e é percebida como a ‘treva mais estrita” (BOSI, 1988, p. 94).

Dessa forma, tal qual um cristão-novo, o menino poeta também teme pagar o preço de suas escolhas sendo convertido em cinzas na praça pública. A poesia de Carlos Drummond de Andrade também arde e ilumina alguns momentos obscuros do nosso passado religioso. Afinal, como ele mesmo afirma no famoso poema “Eterno”, “ficou chato ser moderno / agora serei eterno. Eterno! Eterno! / O Padre eterno / a vida eterna / o fogo eterno”.

* **Kênia Maria de Almeida Pereira** é Professora de Literatura Brasileira e Portuguesa da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente desenvolve pesquisas sobre o teatro de Antônio José da Silva, o Judeu. Publicou alguns livros sobre a dramaturgia do dramaturgo, dentre eles, *Os encantos de Medeia*, pela EDUSP e *Guerras do alecrim e manjerona*, pela EDUFU.

Notas

¹ Uma versão deste artigo foi publicado de forma resumida nos anais do XIV Simpósio Nacional de Letras e Linguística e IV Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 2013.

² O primeiro volume, *Boitempo I: (In) Memória*, foi publicado em 1968, seguido por *Boitempo II: Menino antigo* (1973), e por *Boitempo III: Esquecer para lembrar* (1979). Neste artigo, faremos referências ao texto de 1988, publicado pela editora Nova Aguilar, a qual organizou, posteriormente, em edição revista e atualizada esses três volumes sob o título *Boitempo*.



Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: (1930-1964)*. Tomo II/3-2. Petrópolis: Vozes, 2008.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. São Paulo: Ática, 1988.

CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu: biografia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Globo, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1997.

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

GUERRA, Viviane. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 1998.

PEREIRA, Kenia Maria de Almeida. *Boitempo de Carlos Drummond de Andrade: confluências entre memória, poesia e História*. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 39, ano 21, p. 115-122, 2º sem. 2008.

LIMA, Luiz Costa. O princípio-corrosão na poesia de Carlos Drummond de Andrade. In: _____. *Lira e antilira: Mário, Drummond, Cabral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MONTEIRO, Alex Silva. *A heresia dos anjos: a infância na Inquisição portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005.



NAZARIO, Luiz. *Autos-de-fé como espetáculos de massa*. São Paulo: Humanitas, 2005.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

RATIO STUDIORUM. Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

RÓNAL, Paulo. *Pois é*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SANT'ANNA, Affonso Romano. *Drummond: o gauche no tempo*. São Paulo: Record, 2008.

SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1994.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Confissão da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VILLAÇA, Alcides. *Passos de Drummond*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.